



Volume 9, número 2, p. 73 - 89, 2025

NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO NOVO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO SUL-MATO-GROSSENSE

Jonattan Rodriguez Castelli¹

Daiane Florentin Gimenes²

Maristela Gimenes Ribas³

Lilian Raquel Miranda Guanes⁴

Resumo: Este estudo investiga a influência do neoliberalismo na reforma do Novo Ensino Médio, com ênfase no contexto educacional de Mato Grosso do Sul. A pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, incluiu revisão bibliográfica sobre neoliberalismo e análise documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo de Referência do estado. Concluiu-se que políticas públicas devem superar limitações estruturais, apoiar docentes e equilibrar a formação técnica com a humanista, garantindo que o Novo Ensino Médio contribua para uma educação equitativa e para o fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: BNCC; Novo Ensino Médio; Neoliberalismo.

¹ Doutor em Economia (UFRGS). Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS (DERI-UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistema Produtivos da UEMS (PPGDRS-UEMS). castellijonattan@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-5211-370X>

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS-UEMS). Licenciada e Bacharel em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). daianeflorentingimenes@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0001-6117-3461>

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS-UEMS). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). maristela004@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0000-4111-8812>

⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS-UEMS). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. mirandalilian084@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-2709-9226>

NEOLIBERALISM IN EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE NEW HIGH SCHOOL IN THE CONTEXT SUL-MATO-GROSSENSE

Abstract: This study investigates the influence of neoliberalism on the reform of New Secondary Education, with an emphasis on the educational context of Mato Grosso do Sul. The research, with a qualitative and exploratory approach, included a bibliographic review on neoliberalism and documentary analysis of the National Common Curricular Base (BNCC) and the state's Reference Curriculum. It is concluded that public policies must overcome structural limitations, support teachers and balance technical training with humanistic training, ensuring that the New Secondary Education contributes to equitable education and the strengthening of citizenship.

Keywords: BNCC; New High School; Neoliberalism.

1 Introdução

Dardot e Laval (2016) argumentam que o neoliberalismo promove uma racionalidade que subordina instituições essenciais, como educação e saúde, a práticas gerenciais próprias do mercado, priorizando metas de desempenho e eficiência. Nesse modelo, os indivíduos são incentivados a atuar de forma autônoma e a enxergar a sociedade como um conjunto de associações fundamentadas em compromissos voluntários e direitos individuais, resultando no fortalecimento do individualismo moderno. Tais características impactam diretamente o campo educacional, redimensionando o papel da escola pública na formação dos estudantes.

Além disso, a análise da democracia brasileira requer uma perspectiva multidimensional, que aborde as interações entre dimensões institucionais e reconheça o papel tanto do Estado quanto da sociedade civil no processo contínuo de democratização e desdemocratização (IPEA, 2010). No contexto educacional, isso implica observar como políticas públicas, como o Novo Ensino Médio, refletem tensões entre diferentes interesses e valores sociais.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a influência do neoliberalismo na reforma do Novo Ensino Médio, com ênfase no contexto educacional do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (MS). Nesse sentido, busca-se discutir os princípios do neoliberalismo e suas interfaces com a educação pública, identificar as principais mudanças introduzidas pela reforma e examinar os impactos dessas transformações nas escolas públicas sul-mato-grossenses.

A metodologia utilizada é de natureza qualitativa e exploratória, com procedimentos que envolvem pesquisa bibliográfica sobre neoliberalismo e o Novo Ensino Médio, além da análise documental de políticas educacionais implementadas no Mato Grosso do Sul, como a BNCC e o Currículo de Referência do estado. Por meio dessa abordagem, busca-se contribuir para a compreensão das implicações dessa reforma na educação pública e para o debate sobre o papel da escola na construção de uma sociedade mais democrática e equitativa.

O presente artigo se divide em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção discute-se, sucintamente, a relação entre neoliberalismo e educação. Em seguida, apresentam-se as mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio para, na seção quatro, realizar-se uma discussão desse novo modelo de ensino na região do Mato Grosso do Sul. Encerra-se o artigo com as considerações finais.

2 Neoliberalismo e a Educação

Paulani (1999) contextualiza o liberalismo original como sendo uma doutrina social que emerge com John Locke no século XVII. Essa corrente perpassa todo o século XVIII, influenciada pela filosofia radical inglesa e pelo iluminismo escocês, culminando na ideia da "mão invisível" de Adam Smith. No entanto, no século XIX, enfrenta sérios questionamentos por parte de pensadores como Auguste Comte e Karl Marx, em um período marcado pelas primeiras grandes crises do capitalismo. Ao longo dessa jornada, o liberalismo sofreu transformações e mudanças de perspectiva, desenvolvendo-se na Alemanha com Kant e a filosofia do direito de Hegel, além de ser influenciado por Rousseau até a Revolução Francesa.

Em seu surgimento, na obra de John Locke, o liberalismo estava intrinsecamente ligado à filosofia dos direitos naturais. Baseava-se na defesa da tolerância política e religiosa, reivindicava o direito à defesa contra abusos de poder e se alinhava à visão de que os seres humanos nascem livres e racionais. Assim, representava um desdobramento significativo da grande transformação que dá origem ao pensamento moderno, colocando o ser humano e o poder da razão que caracteriza sua natureza em primeiro plano.

Conforme Polanyi (2012), o liberalismo econômico resultou de um conjunto de transformações institucionais que se estendem entre os séculos XVII e XIX, como o processo de cercamentos dos campos e o expurgo de trabalhadores das regiões rurais da Inglaterra, leis de proteção à indústria nascente, políticas tarifárias para a expansão do comércio, leis de

regulação do mercado de trabalho, possibilitando a redução dos salários, entre outras mudanças. A interação entre essas transformações consolidadoras do capitalismo com a filosofia política da época, que tentava compreender a nova sociedade que emergia, ao mesmo tempo que amiúde defendia o *status quo*, germinou as ideias liberais, as quais foram hegemônicas até a crise de 1929.

A partir desse momento, à medida que o receituário liberal não foi capaz de recuperar as economias capitalistas da depressão que se encontravam, o liberalismo deu espaço ao Keynesiano e às políticas de bem-estar social. Sem embargo, essa tendência se reverte na década de 1970, quando as crises do petróleo e a estagflação estabelecem a conjuntura propícia para que uma teoria pró-mercado e liberalização econômica emerja: o neoliberalismo, um novo estágio do capitalismo que possibilita a superação de sua crise de acumulação que mesmo marcado por flutuações e crises, segue em vigor.

Dardot e Laval (2016) analisam o neoliberalismo não apenas como um fenômeno econômico, mas como uma ideologia, a partir da qual os indivíduos incorporam em seus hábitos e motivações valores corporativos nos mais distintos aspectos de suas vidas. A visão de sociedade, apresentada pelos autores supracitados, está relacionada a uma rede de empresas que exige uma nova norma subjetiva, distinta do sujeito produtivo das sociedades industriais.

O sujeito neoliberal que está em formação, é caracterizado por traços como flexibilidade e precariedade, refletindo uma nova condição humana que impacta a economia psíquica. Tanto na psicanálise quanto na sociologia, observa-se uma transformação do indivíduo, associada a mudanças morfológicas, à expansão das relações mercantis e à racionalização da vida. Essa nova lógica normativa que emerge nas sociedades ocidentais redefine o sujeito como um homem-empresa, envolvido em uma competição global, destacando a necessidade de adaptar as práticas discursivas e institucionais para lidar com essas transformações.

Diante dessa análise, o neoliberalismo na educação, conforme discutido por Paulani (1999) e outros autores, emerge como uma transformação do liberalismo original, que defendia a liberdade individual e os direitos naturais. Dardot e Laval (2016) ressaltam a redefinição do sujeito como um "homem-empresa", adaptando-se a uma lógica econômica que prioriza a competição global. Nesse contexto, Lopes e Caprio (2008) argumentam que o neoliberalismo busca desregularizar a educação, transformando-a em um mercado que atende às demandas do trabalho, mesmo ao se beneficiar de subsídios estatais, o que gera uma contradição em sua crítica à intervenção do Estado.

3 O Novo Ensino Médio

O Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017 - Reforma do Ensino Médio) foi estruturado para oferecer maior flexibilidade curricular, dividindo-se em uma parte comum obrigatória e itinerários formativos que permitem aos estudantes escolherem áreas de maior interesse, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional. Essa alteração, defendida como uma tentativa de modernizar a educação e torná-la mais alinhada às demandas contemporâneas, suscita vários questionamentos sobre sua implementação e consequências.

Os itinerários formativos foram apresentados como uma oportunidade para os jovens personalizarem suas trajetórias de aprendizagem e se prepararem para desafios futuros. Contudo, na prática, muitas escolas públicas enfrentam limitações severas de infraestrutura e recursos humanos, impossibilitando a oferta de todas as opções prometidas. Isso resulta em um sistema desigual, no qual estudantes de instituições privadas têm maior acesso a um leque variado de opções enquanto alunos da rede pública ficam restritos a escolhas limitadas, comprometendo o ideal de equidade na educação.

Ademais, a ênfase em uma formação técnica voltada ao mercado pode reduzir a escola à condição de um centro de treinamento laboral, ao invés de um espaço de formação integral. Oliveira e Araújo (2021) argumentam que essa abordagem instrumentaliza a educação, desconsiderando sua função como um meio para o desenvolvimento crítico e cidadão. A redução da obrigatoriedade de disciplinas das Ciências Humanas, como Filosofia e Sociologia, exemplifica essa tendência ao limitar o acesso dos estudantes à reflexão sobre questões éticas, políticas e sociais.

O Novo Ensino Médio também pode ser compreendido à luz dos ideais neoliberais que permeiam as políticas educacionais contemporâneas. A ênfase em competências técnicas e habilidades práticas reflete a busca por uma mão de obra mais adaptável e economicamente eficiente. Essa orientação desloca o foco da educação de um processo de emancipação individual e coletiva para uma preparação funcionalista, atendendo às demandas do mercado em detrimento de uma formação humanista.

Libâneo (2009) alerta para o risco de transformações educacionais que privilegiam apenas aspectos técnicos e mercadológicos, negligenciando o papel da escola como um espaço de convivência, diversidade cultural e solidariedade. A formação crítica e cidadã dos jovens é

essencial para que eles possam compreender a sociedade em que vivem e atuar como agentes transformadores, mas essa perspectiva parece estar sendo gradativamente substituída por uma visão utilitarista da educação.

Com as novas diretrizes, o papel do professor também sofre transformações significativas. A exigência de atender a um currículo mais flexível e diversificado requer uma formação contínua e uma adaptação constante. Contudo, muitos educadores enfrentam condições precárias de trabalho, como baixos salários, falta de infraestrutura e escassa participação nas decisões pedagógicas.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola é o documento com uma síntese histórica e social, que se processa num movimento dialético na cotidianidade, a partir das contradições inerentes a qualquer ato educativo, segue a base nacional comum curricular (BNCC). Esse documento garante autonomia e orienta as suas práticas educacionais, estabelecendo objetivos no ambiente escolar. Sintetiza um olhar sobre a realidade que o cerca, suas intenções para com ela, e determina as condições e estratégias necessárias para a sua concretização (Caria, 2011).

Além disso, o Projeto Político-Pedagógico (PPP), que deveria servir como guia para a implementação das mudanças, muitas vezes não é revisado adequadamente, comprometendo a coerência entre as novas demandas e a realidade escolar. Como apontam Caria (2011) e outros estudiosos, há uma lacuna entre o planejamento idealizado e a execução prática, intensificada pelas desigualdades regionais e pela ausência de um suporte governamental mais robusto. Mas é de extrema importância o contato dos jovens com as ciências humanas, pois é através dela que eles percebem o contraste entre o pensamento científico e senso comum, podendo discernir fatos de opiniões e se qualificando para atuarem de forma diferenciada e consciente no âmbito pessoal, profissional e educacional (Machala, 2017).

A redução da obrigatoriedade de disciplinas das áreas de humanas no Novo Ensino Médio coloca em xeque a formação crítica dos jovens. Essas áreas do conhecimento desempenham um papel essencial na compreensão das relações sociais, na reflexão ética e na construção de uma visão crítica sobre o mundo. Conforme Machala (2017), é através das Ciências Humanas que os estudantes podem discernir entre fatos e opiniões, desenvolvendo capacidades para atuar de maneira consciente e transformadora no âmbito pessoal, profissional e social.

Os desafios do Novo Ensino Médio são profundos e multifacetados. Embora a proposta busque modernizar e flexibilizar a educação, sua implementação expõe desigualdades históricas e estruturais no sistema educacional brasileiro. Investimentos consistentes em infraestrutura, formação docente e revisão curricular são imprescindíveis para que as promessas do Novo Ensino Médio possam ser efetivamente concretizadas. Mais do que isso, é necessário repensar as prioridades educacionais para garantir que a escola não se torne apenas um instrumento do mercado, mas sim um espaço de construção de conhecimento, valores e cidadania. Somente assim poderemos assegurar que o Novo Ensino Médio contribua para a formação integral dos jovens e para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, precisa se consolidar disciplina matérias que ajudem o aluno para o processo de reflexão crítica a respeito da sociedade (Freitas; França, 2017).

Há várias críticas à escola tradicional, pois é uma concepção mais autoritária e desigual, a escola deve buscar abstração, não educa só o básico, mas ensinar de fato a pensar, questionar, instruir valores e atitudes para essa sociedade moderna, busca reinventar-se, o professor deve procurar criar pensadores, ao invés de reproduzir apenas o que estão nos livros, além de ter mais valorização aos profissionais da educação. É necessário recuperar a escola como instituição de ensino de capacidades e informações que oferece, como garantia do direito do cidadão ao letramento e ao saber; e assim revalorizando os educadores em formação, salário e participação nas decisões profissionais (Patto, 2007).

De acordo com Libâneo (2009), deve-se conceber uma escola que valorize formas de organização das relações humanas onde prevaleçam a convivência entre diferentes, a integração social, o compartilhamento de culturas e a solidariedade entre os indivíduos.

Nessas ações pedagógicas a teoria apresenta ferramentas para análise, permitindo indagações às práticas institucionalizadas e ações dos indivíduos, colocando também questionamentos a elas próprias, visto que a realidade vem de explicações de teorias transitórias (Lima; Pimenta, 2006).

4 Resultados, Análises e Reflexões

Nos tópicos abaixo realizamos um relatório de análise onde escrevemos os impactos e as críticas ao Novo Ensino Médio conversando com o referencial teórico, nesse caso analisando a BNCC e o currículo de referência de Mato Grosso do Sul no ano de 2021.

4.1 Análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A BNCC é um documento que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos da educação básica devem desenvolver ao longo da sua escolarização, assegurando assim o desenvolvimento e conhecimento deles, além de garantir acesso e permanência na escola. É importante lembrar que a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental.

Esse documento foi elaborado por especialistas de todas as áreas do conhecimento, com adequação dos currículos regionais e das propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas brasileiras, seguindo um conjunto de 10 competências para o seu desenvolvimento integral. Essas competências da educação seriam noções de habilidades e conhecimento e busca de soluções nas demandas do cotidiano, se articulando no ensino infantil, fundamental e médio.

Especificando resumidamente, são elas: 1) compreender e utilizar conhecimento nas diferentes áreas; 2) desenvolver pensamento crítico, criativo e científico; 3) conhecer diferentes culturas e valorizar a diversidade; 4) utilizar diferentes linguagens para se expressar; 5) utilizar recursos tecnológicos para se comunicar, produzir, conhecer e resolver problemas com eles; 6) compreensão do mundo do trabalho e desenvolver projeto de vida; 7) argumentar de forma consciente; 8) conhecer se, tendo autonomia e responsabilidade; 9) interagir de forma cooperativa e com empatia e 10) cuidar de si, mental e fisicamente. De acordo com a BNCC essas seriam as orientações para que o estudante tenha sua formação integral, ou seja preparam para a vida profissional e pessoal. Nesse sentido, pode-se referenciar Paulani (1999), destacando a relação entre o desenvolvimento das competências gerais da BNCC e os princípios do liberalismo moderno, como autonomia, igualdade e competitividade global.

Os fundamentos pedagógicos da BNCC focam no desenvolvimento de competências, indicando as decisões pedagógicas que devem ser orientadas para atingir esse objetivo, para os estudantes atuarem de forma responsável e “crítica” em sociedade, por meio disso, os alunos devem saber como pôr os conhecimentos em prática, fazendo isso com um olhar inclusivo e inovador.

Nesse contexto, a educação integral é afirmada como um dos compromissos de maneira explícita pela BNCC. Pela leitura percebemos bastante a valorização do conhecimento, tendo

compromisso também nas dimensões intelectual, afetiva, física, moral, simbólica e ética; promovendo igualdade, diversidade e equidade, considerando suas identidades linguísticas, culturais e étnicas, além dos interesses dos alunos.

Pelo entendimento as competências seriam capacidades que devem desenvolver para se relacionarem de forma crítica, construtiva e ética, enquanto habilidades são ações específicas que eles devem ser capazes de realizar como criatividade, colaboração, comunicação, empreendedorismo etc.

O ensino médio é uma etapa fundamental para a educação do cidadão brasileiro, portanto, conforme a BNCC as escolas trabalham para possibilitar aos adolescentes acesso a ciência, a tecnologia, a cultura e ao trabalho; reconhecendo a transformações e demandas da sociedade contemporânea e entendendo as culturas juvenis tendo eles como participantes fundamentalmente ativos na sociedade, acolhendo os com suas diversidades, garantindo o protagonismo deles com seus futuros e histórias, permitindo a eles definir seu projeto de vida sintonizadas com as necessidades, possibilidades e interesse dos estudantes. Trazendo Dardot e Laval (2016) relacionando a BNCC à construção do "sujeito neoliberal", destacando o foco em competências como na flexibilidade e no próprio projeto de vida do estudante.

Um dos objetivos do ensino médio além de garantir as aprendizagens necessárias, eles tratam de formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, estimulando-os a resolver questões que se refletem no presente e os abrindo para o futuro.

É muito visto a frase "a escola que acolhe as juventudes", a instituição ela age como um espaço de socialização e como suporte emocional para os estudantes, mas devemos questionar a escola atuando nesse papel, como rigidez no ensino, falta de apoio, algumas escolas não promovem diversidade, as desigualdades sociais entre outras questões. Por isso há a necessidade de reformas educacionais, de promover mais inclusão.

O currículo do ensino médio é centrado no desenvolvimento de competências e orientado pelo princípio da educação integral, assim é composto pela base nacional comum curricular e por itinerários formativos (linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e por último a formação técnica e profissional) esses em parênteses seriam os componentes curriculares obrigatório, enquanto os itinerários formativos seriam o conjunto de áreas de conhecimento que o aluno poderia escolher de acordo com seus interesses. Essa estrutura de

acordo com a BNCC adota a flexibilidade como princípio de organização curricular estimulando o projeto de vida. O autor Libâneo (2009) critica a ênfase em habilidades técnicas e mercadológicas, alertando para a necessidade de preservar uma formação humanista.

Para cada área do conhecimento são definidas competências específicas em cada um que são descritas habilidades a serem desenvolvidas ao longo da etapa do ensino médio, além da língua portuguesa e matemática que são componentes obrigatórios durante o ensino médio completo, assim totalizando 1800 horas de carga horária.

A área de ciências humanas e sociais aplicadas da BNCC são integradas pelas matérias de filosofia, geografia, história e sociologia; conforme descrito tem como base a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos, a interculturalidade, combate ao preconceito entre outros. Machala (2017) defende a inclusão dessas disciplinas que promovam o pensamento crítico e ético, exemplificando a importância das ciências humanas no contexto da BNCC.

No ensino fundamental a BNCC se concentra apenas em história e geografia, já no ensino médio torna-se possível a exploração de questões sobre uma perspectiva mais complexa, adentrando nas matérias de filosofia e sociologia, dando uma maior capacidade cognitiva aos estudantes, favorecendo maior os processos de abstração e de simbolização e estabelecendo diálogos (confiáveis e sólidos), definindo habilidades ao domínio de conceitos e metodologia dessas áreas.

Essa área prevê que nesse ensino médio sejam enfatizados o aprendizado dos alunos relativos ao desafio de dialogar com os outros e com as novas tecnologias, analisando o uso consciente e crítico como finalidades, potencialidades e limites, sendo capazes de mobilizar diferentes linguagens e valorizar os trabalhos de campo.

A área de humanas e sociais está organizada de modo a tematizar e problematizar algumas categorias da área, fundamentais a formação dos alunos onde cada uma pode ser analisada conforme especificidades de cada lugar, de cada história e de cada cultura sendo elas divididas em: tempo e espaço; territórios e fronteiras; indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética; e política e trabalho. Considerando esses itens que seriam as competências gerais da área de ciências humanas e sociais aplicadas, devendo garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas e habilidades a serem alcançadas.

São seis as competências específicas de ciências humanas e sociais aplicadas para o ensino médio, em resumo: 1 analisar processos políticos, econômicos sociais, culturais e ambientais, 2 analisar a formação de territórios e fronteiras, 3 analisar criticamente as relações de diferentes grupos com a natureza e seus impactos socioambientais e econômicos, 4 analisar relações de produção, capital e trabalho em diferente contexto, 5 respeita os direitos humanos e combater preconceito, violência e injustiças, 6 participar de debates públicos de forma crítica e respeitosa.

Essas competências específicas elencadas acima em geral visam desenvolver nos alunos habilidades de análise, pesquisa, reflexão e pensamento crítico, argumentação, interpretação de fenômenos sociais e históricos, além de promover o entendimento dos direitos e deveres como brasileiros e a empatia e sensibilidade cultural, ou seja, a valorização da diversidade cultural.

As áreas de ciências humanas e sociais aplicadas da BNCC desempenham um papel importante porque é voltada para a compreensão das relações sociais, das estruturas sociais, das transformações sociais e dos estudos das instituições presentes nas sociedades. Onde os estudantes são incentivados a analisar temas como desigualdade social, diversidade cultural, movimentos sociais, poder, trabalho, gênero, etnia, religião.

Um dos aspectos positivos é a questão de escolha dos itinerários que permite que os alunos escolham parte das disciplinas que desejam estudar adicionando também a formação técnica, incentivando assim os estudantes a aplicarem o conhecimento adquirido em situações reais, outro ponto interessante é quando é destacada bastante a importância do pensamento crítico, criatividade, resolução de problemas, trabalho em equipe e comunicação.

Porém, como toda análise tiramos os aspectos positivos e os pontos negativos também. Assim sendo, ocorreram algumas mudanças significativas em relação ao currículo tradicional, como a carga horária reduzida (principalmente em matérias como de sociologia) focando mais nos itinerários das áreas técnicas profissionalizantes; a falta de preparação adequada aos professores para receber esse novo modelo de ensino médio afetando assim também a infraestrutura escolar. Freitas e França (2017) complementam ao abordar a inserção histórica da Sociologia no ensino médio, ressaltando como essa disciplina é essencial para o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva. No contexto da BNCC, essa abordagem permite que os estudantes compreendam as transformações sociais e culturais, conectando teoria e prática.

Há uma falta de participação efetiva de professores, alunos e das comunidades locais no processo de elaboração da BNCC. Isso pode resultar em um documento que não leva em consideração as necessidades e realidades específicas e seus contextos, vê-se uma desconexão com a realidade local, pois são vários sistemas de educação, acaba tendo uma padronização excessiva, além do mais é focado para as habilidades cognitivas e para os conteúdos acadêmicos enquanto o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, éticas e cidadãs ficam mais de lado.

Na BNCC, através da leitura, vê-se que em vez de promover uma aprendizagem significativa, foca mais na preparação para provas padronizadas, isso para alcançar apenas “boas notas”, essa situação até pode limitar a autonomia dos professores para adaptar os conteúdos e métodos de ensino de acordo com as particularidades nas salas de aulas.

A sociedade está em constante mudança, sendo assim esse documento tem que ser atualizado rapidamente pois pode não ser suficientemente flexível para se adaptar às essas mudanças na sociedade. Assim é necessário de forma urgente garantir a qualidade total do ensino oferecido, pois ainda é importante destacar que a implementação do novo ensino médio está em andamento e enfrenta vários desafios, por isso devem ser implantadas condições para melhoria dela.

4.2 Análise do currículo de referência de Mato Grosso Do Sul (2021)

O Currículo de Referência do Ensino Médio de Mato Grosso do Sul (2021) é uma adaptação regional da BNCC, incorporando especificidades locais para atender às necessidades educacionais do estado. Segundo Caria (2011), o projeto político-pedagógico é essencial para conectar o currículo às realidades regionais, promovendo uma educação cidadã que responda às demandas locais e nacionais. Essa visão é reforçada pelo próprio documento oficial, que prioriza competências cognitivas e socioemocionais alinhadas ao protagonismo juvenil.

É interessante o apanhado histórico da educação que a introdução desse documento traz mostrando os processos até o ensino atual. Em 2017 aconteceu a reformulação do ensino médio, a partir de 2018 é organizada as dez competências, bem como habilidades específicas, estabelecendo também os itinerários formativos, aprofundando as áreas do conhecimento e a formação técnica profissional, isso é feito a fim de diagnosticar demandas e contribuição com participação de especialistas para implementação e organização do currículo. Nesse sentido tem

se uma certa autonomia pedagógica às escolas porque além de propor ações didáticas e metodológicas ao enfoque social nacional fundamenta também as condições regionais.

Sendo assim, o currículo de referência do ensino médio de Mato Grosso do Sul tem alguns orientadores de aprendizagem: educação integral do estudante; protagonismo do estudante, do professor e da escola no processo educativo; organização curricular integrada às demandas do mundo de trabalho em MS e da sociedade tecnológica; aprendizagens de competências e habilidades cognitivas e socioemocionais integradas ao projeto de vida do estudante; oferta de itinerários formativos de áreas distintas por escola; orientação didático metodológica fundamental (a pesquisa constitui o princípio educativo promotor da construção do conhecimento ativa e autoral pelo estudante); pedagogia da presença, entendida no sentido de uma ética do acolhimento, respeito a solidariedade que deve nortear a relação pedagógica entre professor e o estudante.

Patto (2007) discute como currículos regionais podem perpetuar desigualdades estruturais, caso não sejam adequadamente implementados, e aponta a importância de políticas que garantam equidade e acesso para todos os estudantes. Lopes e Caprio (2008) por sua vez analisam como o neoliberalismo influencia os currículos estaduais, destacando a priorização de habilidades técnicas e a integração da formação escolar ao mercado. Esses aspectos são observados no currículo de referência de MS, que inclui itinerários formativos voltados à preparação técnica e profissional.

Esse currículo, conforme a leitura, visa a ampliação dos conteúdos desenvolvidos no ensino, aprofundando seu repertório cultural, filosófico, científico e capacitando em linguagens e tecnologias, aplicando ao contexto sociocultural e ao mundo do trabalho.

Na área de ciências humanas na etapa do ensino médio é inserida a disciplina de sociologia. Essa matéria no componente curricular de Mato Grosso do Sul constitui instrumentos de compreensão da realidade, estrutura e demais aspectos sociais, como meio ambiente, grupos étnicos, gênero, violência, classe social, e outros, estudados por meio de seus conceitos, métodos e teorias. Como as outras matérias, a sociologia coincide com as mesmas habilidades e competências, direcionada pela busca de autonomia, equidade, justiça social e respeito às diferenças, com aprendizagem democrática.

Nessa etapa do ensino médio, os acadêmicos e suas experiências como cidadãos representam o foco do aprendizado, então deve se estimular uma leitura de mundo sustentada

em uma visão crítica e contextualizada da realidade, na elaboração e aplicação de interpretações sobre as relações, os processos e as múltiplas dimensões da existência social, e a sociologia atua nessa etapa também (BRASIL, 2023).

Tendo uma visão geral dos conteúdos da matéria percebe se que as categorias de gênero, classes sociais não estão diretamente explícitas, por conta talvez da pressão em relação a ideologia política e do conservadorismo no estado, no entanto apresenta uma retórica do olhar crítico: “cidadãos ativos e autocríticos”.

A discussão específica do Mato Grosso do Sul fica sobretudo a cargo das disciplinas de Geografia e História, de fato tem mais conteúdos específicos para estas duas disciplinas e menos 1 ano para sociologia. O positivismo de Auguste Comte que antes era uma discussão da sociologia foi colocado para a matéria de filosofia, a ampla discussão em sociologia mesmo seria mais bem colocada, não se tem uma sequência lógica.

Há uma ordem descontextualizada dos conteúdos por mais que estejam divididos no ensino médio, isso em comparação ao currículo de 2012 que vinha mais organizado, enquanto o atual é mais solto. O currículo de forma geral não debate com os assuntos das outras matérias a ser proposto no período, são colocados termos muito complexo em alguns eixos e em outros facilitam o entendimento usando palavras mais comum, são assuntos soltos de forma irracional e aleatória, porém são assuntos importantes que necessitam de uma sequência lógica para a melhor compreensão dos alunos.

Outro aspecto que chama a atenção são os códigos alfanuméricos que surgem nas habilidades durante a apresentação do currículo, como por exemplo MS.EM13CHS104, que especificando seriam MS: Estado: adaptado ao Mato Grosso do Sul, EM: Etapa do ensino médio, 13: as habilidades descritas podem ser desenvolvidas em qualquer série do ensino médio, ou seja do 1º ao 3º ano , CHS: seria o componente curricular, no caso Ciências humanas e sociais aplicadas, 104: competência à qual se relaciona a habilidade, o primeiro número é a competência, no caso competência 1, segundo e terceiro números são as habilidades relativas a cada competência, no caso habilidade 04.

O novo currículo referencial enfatiza o estímulo e aprendizado de habilidades e competências e depois aponta um conteúdo mínimo em tópicos para depois fazer uma sugestão “didática” que mais parece um listado de atividades que um verdadeiro trabalho didático pedagógico como para tratar os temas das ciências sociais, propõe-se com ênfase a pesquisa por

parte do aluno. Corre-se o risco de serem pesquisas de caráter superficial já que a ordem da apreensão de conhecimento está subvertida pois não há uma apresentação prévia e sequencial dos fundamentos das ciências. Há uma priorização no método científico e na pesquisa sem antes o aluno se apropriar das categorias e fundamentos de cada ramo específico, como dito os temas estão em desordem e não tem uma ordem sequencial, poderão ser ministrados a qualquer momento, não há um ensino sequencial e progressivo, não precisa mais de pré-requisitos para ir avançando.

O currículo estadual prioriza também a pesquisa como eixo central da aprendizagem, mas, como observa Libâneo (2009), sem uma base sólida de fundamentos teóricos, há o risco de que as atividades sejam superficiais e descontextualizadas. Para garantir o sucesso das mudanças, seria necessário ampliar a formação básica dos estudantes e garantir recursos que possibilitem a implementação efetiva, como apontam Patto (2007) e Caria (2011).

Percebe-se que o itinerário vai definir a vida do aluno como um todo, pois já está sendo especializado o aluno para determinada área conforme sua escolha inicial, e isso é contraditório pois vão escolher as opções que a escola oferta apenas e corre o risco de não gostarem, por isso também é interessante a ampliação da formação básica. Outro fator é que o professor não consegue muitas das vezes dar conta de todas as competências e habilidades, mas sim de objetivos que através do conteúdo passado vai se chegar.

Acredita-se que aumentar a carga horária seria uma proposta necessário, pois, para poder apresentar melhor os conteúdos, ampliar a formação básica e depois entrar os itinerários sem excluir as matérias básicas, mas também para isso dá certo deve-se oferecer oportunidades de bolsas de permanência para alunos, como as de auxílio transporte, alimentação, permanência outras com incentivo à cultura, esporte, assim vai poder atrair os alunos para focar nos estudos, sem necessidade de trabalhar e sem evasão, essas adequações devem ser feitas para a melhoria da educação e da reforma do ensino médio.

5 Considerações Finais

O trabalho analisou as implicações do neoliberalismo na reforma do Novo Ensino Médio, com foco no contexto educacional de Mato Grosso do Sul. A revisão da literatura revelou que, embora a reforma traga avanços em termos de modernização e flexibilidade curricular, ela reflete uma abordagem que privilegia as demandas do mercado de trabalho em

detrimento de uma formação integral e crítica. Esse cenário destaca a necessidade de políticas públicas que valorizem a escola como um espaço de desenvolvimento da cidadania e não apenas de preparação profissional.

Verificou-se que, apesar da proposta de modernização e flexibilização do currículo, a reforma reforça tendências neoliberais, priorizando as exigências do mercado de trabalho, frequentemente em prejuízo de uma formação crítica e humanista. Esse enfoque transforma a escola em um espaço voltado para a formação técnica, comprometendo sua função de promover cidadania e equidade social.

A Base Nacional Comum Curricular e o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul apresentam avanços ao propor competências e habilidades para a formação integral dos estudantes. No entanto, desafios como desigualdades regionais, falta de infraestrutura e a ausência de uma sequência lógica no ensino dificultam a implementação dessas mudanças. Além disso, a exclusão ou diminuição das disciplinas de Ciências Humanas, como Filosofia e Sociologia, limita o acesso dos estudantes a reflexões éticas e sociais essenciais.

O estudo concluiu que, para alcançar uma educação de qualidade e equitativa, é necessário superar as limitações estruturais e investir em políticas que garantam acesso universal às oportunidades educacionais. Isso inclui maior apoio ao corpo docente, adequação da infraestrutura escolar e o fortalecimento das disciplinas que promovem o pensamento crítico, além de intensificar o diálogo entre as políticas educacionais e as realidades locais.

Por fim, o Novo Ensino Médio, enquanto proposta, representa um importante ponto de partida para repensar a educação no Brasil. Contudo, sua eficácia dependerá de ações concretas que equilibrem a formação técnica com a humanista, garantindo que a escola continue sendo um espaço de emancipação, diversidade e transformação social.

Referências

BAPTISTA, Thaiana Netto Fonseca; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Políticas educacionais, neoliberalismo e educação integral. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 11, n. 3, p. 873-891, set./dez. 2022.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil - 1961, Página 51 Vol. 7, 27 de jan. de 1961. Disponível em:. Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, Resolução CNE/CP no 2, de 22 de dezembro de 2017.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CARIA, Alcir de Souza. **Educação Cidadã: sete princípios para a construção do projeto político-pedagógico**. In: _____. Projeto Político-Pedagógico: em busca de novos sentidos. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011, p. 97-126.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, M. C. L. de; FRANÇA, C. E. **História da sociologia** e de sua inserção no Ensino Médio. Movimentação, 3(5), 2017, p. 39–55.

GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação (SED). **Curriculum de Referência de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2022. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/Curriculo-Novo-Ensino-Medio-v1.1.pdf>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estado, instituições e democracia: república**. Brasília: Ipea, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LOPES, Ediane Carolina Peixoto Marques; CAPRIO, Marina. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 5, p. 1–16, 2008. DOI: 10.22633/rpge.v0i5.9152. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MACHALA, Bárbara Nassif. A Reforma do Ensino Médio no Brasil e seu impacto no ensino de Sociologia. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2017, p. 17-25.

PATTO, Maria Helena Souza. Escolas cheias, cadeias vazias: notas sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 21, no 61. set/dez. 2007.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 115–127, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643138>. Acesso em: 20 dez. 2024.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012.